

# A Escola e “As Barrigas”: Relações Possíveis?

**Denise Raquel Rohr<sup>1</sup>**  
**Maria Simone Vione Schwengber<sup>2</sup>**

## **Resumo**

---

Falar da gravidez na adolescência e suas relações com a escola implica olhar esse acontecimento de diferentes modos a partir de histórias de vidas singulares. Assim sendo, discute-se neste estudo a relação das escolas públicas com as alunas gestantes ou mães a partir da fala das equipes diretivas acerca das ações que as escolas procuram desenvolver ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano. Além disso, procura-se entender os limites e as possibilidades da escola ao defrontar-se com uma aluna gestante e da aluna ao perceber-se como uma gestante na escola. Quanto à escola, parece que é vista como um não lugar de barrigas, pois a gravidez de uma jovem aluna aponta para certo estranhamento, mesmo que invisível, entre a gestante e a escola. A pesquisa evidenciou que nenhuma das escolas possui um projeto para o ano letivo que trabalhe com as questões da sexualidade, da gravidez, mas o que acontecem são ações isoladas dentro de uma ou outra disciplina. Além disso, pode-se perceber que, quando as jovens deixam de frequentar a escola, esta tenta, de várias formas, trazê-las novamente para as aulas, muitas vezes, sem sucesso.

**Palavras-chave:** Juventude. Gravidez. Gênero. Escolarização. Barrigas. Sexualidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí; licenciada e bacharel em Educação Física – Unijuí; professora de Educação Física da rede pública municipal de Ijuí-RS. deniseraquelrohr@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFRGS; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências e do Departamento de Humanidades e Educação (DHE), Curso de Educação Física da Unijuí. simone@unijui.edu.br

## SCHOOL AND “THE BELLIES”: POSSIBLE RELATIONS?

### **Abstract**

---

Speaking of teenage pregnancy and its relationship with the school entails looking this event in different ways, from natural life stories. Therefore, this study discusses the relationship of public schools with students whom are pregnant or already mothers, from the speech of management teams about the actions that schools try to develop when faced with issues of sexuality and pregnancy in their daily lives. Also, we try to understand the limits and possibilities of the school before a pregnant student and the student perceiving herself as a pregnant woman in school. As for the school, it seems that is seen as a non place for bellies, because pregnancy of a young student points to certain strangeness, even though invisible, between the mother and the school. The research showed that none of the schools has a project for the academic year to deal with issues of sexuality, pregnancy, but isolated actions are promoted within either discipline. Moreover, we can see that when young women stop going to school, this institution try, in many ways, to bring them back to class, often unsuccessfully.

**Keywords:** Youth. Pregnancy. Gender. Schooling. Bellies. Sexuality.

## Introduzindo a Discussão

Falar da gravidez na adolescência implica olhar esse acontecimento de um modo particular: talvez não se trate nem de subversão nem de desejo. Talvez não se possa pensar em acaso, acidente, descuido, ingenuidade. Talvez se possa pensar como um pedido de socorro e/ou amparo ao parceiro, com a idealização de um futuro melhor por intermédio do filho. Diante dessa complexidade de hipóteses, podemos pensar que as vozes das meninas que engravidaram na adolescência necessitam ser ouvidas, pois muitas falam do desejo de ter um/a filho/a, acreditando, na maioria das vezes, que essa criança lhes dê o *status* de mãe e que este pode levá-las a uma valorização social, além da promessa de uma relação afetiva duradoura, de ter uma família e um lar.

Destacamos que as expressões gravidez e adolescente/jovem são discutidas e analisadas na literatura numa perspectiva mais psicológica do que educacional (Checchia, 2010). Desse modo, nos instigamos a estudar os movimentos de saída e de retorno à escola das jovens-mães, apoiadas em Silva e Vieira (2009), quando é possível indagar: Qual é o lugar de uma adolescente grávida na escola? Elas marcam quais diferenças na escola? A presença delas coloca em suspense e questiona os valores *pregados* pela instituição escolar?

A escola é vista como instituição que tradicionalmente adota a padronização de comportamentos, condutas e pensamentos, normatizando e aceitando apenas o que está dentro dessa normalidade (idade/série compatíveis, sexualidade *escondida* ou reprimida, entre outros comportamentos e atitudes esperados dos alunos). Uma aluna gestante na escola, de um modo geral, é considerada, como escutamos na nossa experiência de campo, como uma desviante, desnaturada, anormal, estranha, fora do padrão aceito. Tem-se a impressão que sua presença mexe com a rotina escolar, desestabilizando a normalidade, permitindo, possibilitando ou até mesmo obrigando a abertura de novas discussões e tematizações na escola, como os temas relacionados à sexualidade.

Na escola, é possível perceber que nenhuma disciplina específica trabalha com o tema da sexualidade, indicado como “Orientação Sexual” nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de acordo com Silva e Vieira (2009). Para os autores, esse tema foi inserido nos PCNs visando a uma “ação pedagógica que combatesse a gravidez adolescente e a disseminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis entre os alunos desta faixa etária [...] apresentando-se como um discurso normativo e prescritivo do que seria uma boa conduta sexual” (p. 1).

Historicamente, pode-se observar que as mulheres têm tido filhos na adolescência ou na vida adulta, gerando implicações que dependem dos mecanismos produzidos pela própria sociedade. A sociedade contemporânea modificou-se e as mulheres vislumbraram diferentes perspectivas de vida. Isso não impediu e não impede, no entanto, que a cada ano mais jovens pobres engravidem numa idade em que deveriam envolver-se com outras questões. Pesquisas como as de Heilborn (2003), Gontijo e Medeiros (2004) e Rohr e Schwengber (2009), destacam que não é a desinformação que leva à gravidez na adolescência. Estudo realizado em São Paulo, no Hospital de Clínicas (2008), mostra que 92% das adolescentes entrevistadas conheciam pelo menos um método contraceptivo. Dessas, apenas 25% planejaram a gestação, e muitas abandonaram o método contraceptivo que usavam com o intuito declarado de engravidar. É importante destacar que os métodos contraceptivos transformaram a maternidade em uma decisão a ser tomada voluntariamente. Para Marina (2008), as meninas de hoje, quando chegam à adolescência, são expostas, via meios de comunicação de massa, a uma cultura mais informativa, porém, ao mesmo tempo, mais sexualizada e apelativa.

Brandão (2006) observa que entre os grupos sociais mais favorecidos há certo prolongamento da juventude, bem como o aumento do tempo de estudo, a aquisição tardia de autonomia econômica/material e até mesmo índices menores de gravidez na adolescência. Já nas classes populares, como destaca

Heilborn (2003), a juventude tende a ser mais breve, com interrupções precoces nos estudos pela inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, pelas más condições materiais e, muitas vezes, por acontecimentos como a gravidez.

Dados do Inep (Agência Brasil, 2011, p. 1) indicam que do total de jovens fora da escola e do mercado de trabalho 1,2 milhão concluiu o Ensino Médio, mas não seguiu para o ensino superior e não está empregado. A proporção de jovens nessa situação aumentou de 2001 a 2008, e quase 75% são mulheres. Para o Ipea (Agência Brasil, 2011), este estudo do Inep reflete a desigualdade de gênero que ainda persiste no mercado de trabalho e nas relações familiares, assinalando a existência de uma relação forte entre a saída da escola e do mercado de trabalho com o casamento e a maternidade.

Na próxima seção destacamos a relação das escolas públicas com as alunas gestantes ou mães, a partir da fala das equipes diretivas acerca das ações que as instituições procuram desenvolver ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano. Além disso, procuramos entender os limites da escola ao defrontar-se com uma aluna gestante e os limites da aluna ao perceber-se como uma gestante na escola.

## O Campo de Estudo

Sabe-se que a escola se constitui hoje como um dos espaços de construção e de trocas de conhecimento, informações, ideias e socialização. Notam-se, também, as limitações dessa instituição em *dar conta*, dentro do currículo, não somente dos conteúdos de cada disciplina, mas, sobretudo, de temas emergentes entre os jovens, como a sexualidade, a gravidez, as drogas, entre outros, que são os chamados Temas Transversais, descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1997).

Assim, para podermos estabelecer essa relação entre escola e alunas é necessário identificar nosso campo de pesquisa. Os dados produzidos falam dos bairros e das escolas da periferia de Ijuí-RS. Usamos o conceito de comu-

nidade para designar moradores de bairro que participaram da pesquisa. Cabe lembrar que, na reflexão dos autores clássicos, como Geertz (2000), comunidade caracteriza-se pela presença de relações face a face, laços afetivos e controle social, enquanto bairro apresenta, geralmente, relações secundárias, anonimato.

Segundo Gonçalves (1988, p. 17), “o bairro se caracteriza como lugar onde está presente predominantemente, embora não exclusivamente, uma população e/ou uma função particulares”, como bairros operários, bairros residenciais, entre outros. Para esse mesmo autor, o centro se distingue do bairro

[...] por apresentar todos os tipos de populações, de utilizações e de apropriações simbólicas, [enquanto que] os bairros, ao contrário, são mais valorizados quanto à intensidade da significação e quanto à qualidade de utilização e de apropriação simbólica, quer por um determinado tipo de população quer por uma função particular (p. 16).

Para Fonseca (2000), ainda parece contraditório e anacrônico desenvolver pesquisas etnográficas voltadas para o bairro, isto é, para a população definida conforme os limites de um território geográfico. A autora argumenta que, “no Brasil, a importância do lugar de residência para a organização social é inegável. Gerações de pesquisa mostram como, aqui, as redes de vizinhança e de parentesco mantêm-se relevantes apesar da mobilidade geográfica” (p. 11).

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição do município de Ijuí-RS e dos bairros pesquisados. Durante a investigação nas escolas e as entrevistas com as jovens, percorremos três bairros da periferia: Tancredo Neves, Colonial e Glória.

Ijuí organiza-se, como todas as cidades, em zona rural e urbana, e contabiliza uma população estimada em 79.160 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (Instituto..., 2010). Situada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a cidade possui uma extensão territorial urbana de 689,136 km<sup>2</sup>, dividida em 36 bairros, mais o centro.

A maioria da população ijuiense concentra-se nos bairros da periferia. Um dos bairros pesquisados, o Tancredo Neves, fica aproximadamente a três quilômetros do centro. Uma empresa privada presta os serviços de transporte das pessoas, com uma linha de ônibus que passa por lá e pelos bairros vizinhos, como o Glória, o Colonial e o Quinze de Novembro.

No Bairro Tancredo Neves há um ambulatório da Secretaria Municipal de Saúde (“postinho de saúde”, segundo os moradores). Grande parte dos moradores, principalmente os mais jovens, trabalha no comércio do centro da cidade, em supermercados, como atendentes, vendedores; outros trabalham como diaristas, fazem biscates; alguns sobrevivem da coleta de lixo reciclável. Dentro do bairro há pequenos comércios – os “bolichos ou botecos”, como são denominados pelos moradores –, que vendem alimentos, cigarros e bebidas alcoólicas.

Nesse bairro a maioria das casas é pequena, aparentemente com dois ou três cômodos e são muito próximas umas das outras. Recentemente foi construído ali, próximo à escola estadual, um condomínio residencial para famílias de baixa renda contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal para aquisição de imóvel residencial.

O bairro conta com uma escola estadual, na qual realizamos parte desta pesquisa. Os alunos residentes nesse bairro frequentam essa escola estadual, a escola municipal do Bairro Glória, a escola municipal do Bairro Storch e a escola municipal do Bairro Quinze de Novembro.

O outro bairro pesquisado foi o Glória, vizinho do Tancredo Neves. Possui uma escola municipal de Ensino Fundamental e uma escola municipal de Educação Infantil, um ambulatório da Secretaria Municipal de Saúde, que atende moradores do bairro e dos bairros vizinhos, e uma linha de ônibus – a mesma que passa no Bairro Tancredo Neves. A população trabalha nas empresas do centro da cidade, como atendentes de lojas e supermercados, vendedores, na construção civil, entre outros setores.

O terceiro bairro pesquisado foi o Colonial, também vizinho dos outros dois já descritos. O Colonial não possui escola, posto de saúde ou creche. Há uma área desse bairro chamada pelos moradores de “Beco do Colo” (Beco do Colonial), no qual grande parte das residências não possui água encanada ou luz. Nesse local, no qual entramos com maior frequência, aparecem com maior visibilidade as casas construídas muito perto umas das outras, no mesmo terreno ou com as paredes compartilhadas. As pessoas *cochicham* que há uma forte presença de drogas e prostituição nessa área e que muitos têm medo de criar seus filhos por ali. No “Beco do Colo” é que encontramos a jovem Rosângela, participante desta pesquisa. A população desse bairro utiliza os serviços de educação e de saúde nos bairros mais próximos, geralmente no Glória.

A outra parte do Bairro Colonial já é mais organizada. Possui casas melhores; algumas delas são novas e foram construídas com verbas do governo federal, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Há também uma linha de ônibus (a mesma que passa pelos bairros Glória e Tancredo Neves), porém com diferenciação de horários para o Colonial (de manhã, ao meio-dia e à tarde), enquanto que nos outros dois bairros os ônibus passam a cada hora.

Assim, os bairros mapeados mostram como é a vida das jovens pesquisadas. Vidas marcadas pela pobreza, pela dependência de ações dos programas governamentais,<sup>3</sup> de caridade dos parentes, de conhecidos e de quem mais queira fazer a doação de roupas, alimentos e fraldas para os bebês. Histórias marcadas

---

<sup>3</sup> Um exemplo é o Bolsa Família. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este é um programa do governo Lula (2003), e “é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa integra o Fome Zero, que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. O Bolsa Família, que unificou outros programas como o Vale Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação, atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00”.

pela diferença de classes sociais predominantes na sociedade contemporânea, pela baixa escolarização, pelos relacionamentos frágeis, transitórios e de curta duração.

Os bairros nos quais as jovens moram caracterizam-se por pobreza material, falta de recursos de infraestrutura (calçamento nas ruas, redes de esgoto e água adequadas), muitas vezes são feitos *gatos* das redes de água e de luz elétrica, além de que as casas – casebres, barracos, moradias em geral – são construídas muito próximas umas das outras, por vezes emendando-se paredes “para economizar material”, como os moradores destacam e, geralmente, com mais de uma família morando e compartilhando o pátio.

Não podemos deixar de registrar aqui os desafios de se inserir como pesquisadoras na vida dessas jovens mães. Desafios de enfrentar a entrada no bairro como pessoas estranhas, sob os olhos curiosos e arregalados que aparecem por trás das frestas das janelas; desafio de entrar naquelas casas, casebres, varandas, barracos, puxadinhos e ouvir as histórias de vida; desafios de se aproximar das jovens aos poucos, para *ganhar confiança* e só depois entrar no assunto da pesquisa.

A partir de agora destacaremos aspectos das escolas pesquisadas bem como algumas ações que desenvolvem em relação à sexualidade e à gravidez na juventude. Tais escolas situam-se nas proximidades dos bairros nos quais as jovens moram. São duas escolas públicas, porém com dois contextos diferentes. Uma pertence à rede pública estadual e a outra faz parte da rede pública municipal. Ambas atendem alunos da periferia, vindos de bairros pobres, especialmente dos bairros Colonial, Quinze de Novembro, Tancredo Neves e Glória. Neste artigo, para não expor as pessoas e nem as instituições, as escolas serão denominadas apenas escola municipal e escola estadual.

A escola municipal recebe alunos de vários bairros das redondezas, como Glória, Tancredo Neves, Colonial, Quinze de Novembro e Storch. Possuía 290 alunos matriculados ao final do mês de agosto de 2011, 20 professores em sala de aula, 5 professores administrativos (1 diretor, 2 coordenadoras pedagógicas,

1 vice-diretor para o turno da manhã e uma vice-diretora para o turno da tarde) e 9 funcionárias (1 secretária, 2 merendeiras, 4 serviçais, 1 auxiliar educacional e 1 bibliotecária contratada pelo Centro de Formação Profissional do Rio Grande do Sul – Cefor). A escola atende os níveis pré-escolar, anos iniciais, séries e anos finais do Ensino Fundamental, divididos em 15 turmas, nos turnos da manhã das 7h30min às 11h30min, e, à tarde, das 13h15min às 17h15min.

A escola estadual recebe alunos dos bairros Glória, Tancredo Neves, Colonial, Quinze de Novembro e Storch. Possuía 212 alunos matriculados em agosto de 2011, 20 professores, 1 diretora, 2 coordenadoras pedagógicas, 2 vice-diretoras e orientadora educacional, serviçais e merendeiras. A escola atende os níveis anos iniciais, séries e anos finais do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã das 7h30min às 11h30min, e, à tarde, das 13h15min às 17h15min. Os alunos recebem orientação educacional, merenda escolar e podem participar de oficinas de leitura, esportes, dança, teatro e reforço escolar.

Quanto à frequência de alunas gestantes ou que já possuem filhos na escola municipal em 2010, houve 2 alunas grávidas, de um total de aproximadamente 45 alunas com idades entre 13 e 15 anos. Uma delas solicitou transferência de escola, inclusive para outro município; a outra deixou de frequentar as aulas, mas os professores, em um trabalho conjunto, decidiram encaminhar atividades a distância para que ela não perdesse o ano letivo. Antes do final do ano, a aluna transferiu-se para a escola estadual. Em 2011 outra aluna engravidou e também solicitou a transferência da escola. Conforme entrevista realizada com o diretor, nesse estabelecimento de ensino não há nenhum projeto específico que direcione ações no sentido de conscientizar os alunos em relação à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. Esses temas são tratados na disciplina de Ciências, quando é abordado o conteúdo dos sistemas reprodutivos (masculino e feminino), mais especificamente na sétima série. No ano de 2010, por iniciativa da professora de Educação Física, juntamente com a professora de Ciências, foi realizada uma palestra sobre o assunto com um profissional da área da saúde (médico) para os alunos das 7ª e 8ª séries e para aqueles de séries anteriores,

“que já despertaram para a sexualidade”, conforme afirma a equipe diretiva. Atividades como essas são realizadas esporádica e isoladamente, não havendo uma integração das demais disciplinas do currículo.

Na escola estadual, segundo a diretora, todos os anos há casos de adolescentes e jovens gestantes, e a escola não encaminha trabalhos a distância, mas tenta reintegrar novamente às aulas aquela jovem que se afastou. De acordo com a diretora da escola, “essas tentativas de reintegração são realizadas a partir de telefonemas, conversas e até mesmo visitas à jovem e a sua família, com o intuito de convencê-los de que a jovem, mesmo grávida, não abandone os estudos”. A escola ainda procura efetivar ações que conscientizem todos os alunos quanto à sexualidade e à prevenção, trabalhando o assunto de forma interdisciplinar, mediante conversas, palestras com profissionais da saúde, filmes e visitas a laboratórios. Em anos anteriores, a escola, por iniciativa do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA), em parceria com o curso de Enfermagem da Unijuí, ofereceu para esses alunos cursinho de babá, pós-parto e cursinho para jovens mães. De acordo com a equipe diretiva, foi realizada uma única edição do curso, e a procura dos/as jovens foi grande. Em 2011 foi efetuada a matrícula de uma aluna gestante, mas ela não frequentou nenhuma aula. Em virtude disso, a escola tentou chamar a mãe e a aluna para conversar por várias vezes para que ela retomasse os estudos. Como essa iniciativa não resolveu o problema do abandono escolar por parte da aluna, a providência tomada pela escola foi encaminhar a Ficha Ficaí<sup>4</sup> via Conselho Tutelar, Secretaria Estadual de Educação e Ministério Público.

---

<sup>4</sup> Conforme o Manual Ficaí (Rio Grande do Sul, 2006, p. 3), a Ficha Ficaí é a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, “implantada primeiramente em Porto Alegre-RS, em 1997, através de articulações entre o Ministério Público, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Conselhos Tutelares. Posteriormente, foi introduzida no interior do Estado do RS. Hoje é utilizada em todo o Brasil”. Dessa forma, “seu objetivo é a verificação e acompanhamento da infrequência escolar de alunos entre 7 a 18 anos incompletos, e resgatar o aluno para a escola, atendendo o disposto no artigo 56, inciso II do ECA, Lei Federal n. 8069-90. A Ficha Ficaí deve ser encaminhada após a escola ter realizado diversos movimentos para que o aluno retorne regularmente a frequentar as aulas, após contato e comprometimento da família do mesmo, sem êxito” (p. 11).

## Estabelecendo Relações entre a Escola e “As Barrigas”

De acordo com as entrevistas realizadas com as direções das duas escolas, os dados mostram que as instituições estudadas não possuem um projeto que trabalhe com as questões citadas. Conforme o diretor da escola municipal, “o que acontece, são ações isoladas dentro de uma ou duas disciplinas, por iniciativa de um ou dois professores e não do grupo escolar”. As direções destacam que há projetos globais que trabalham com a leitura e com a escrita, mas não com outras questões, como a sexualidade, que também estão presentes no cotidiano escolar.

Nesse sentido, as direções evidenciam em suas falas que as escolas têm certo receio em discutir temas como a sexualidade e a gravidez na juventude, uma vez que, conforme o diretor da escola municipal, “alguns pais poderiam incitar que a escola está incentivando os alunos a terem uma vida sexual ativa ao ensinarem como se usa um preservativo, por exemplo”. Observando o cotidiano dos alunos e suas falas, podemos perceber que muitos pais não têm abertura e franqueza com seus filhos para falar sobre assuntos mais delicados, como a sexualidade. Isso se reflete diretamente nas aulas de Educação Física, nas quais as alunas procuram a professora para conversar sobre gravidez, menstruação, relações sexuais, lhe contam suas experiências, perguntam.

Assim, as direções das escolas admitem que é preciso ampliar a formação continuada dos professores com temas emergentes como esses de sexualidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. A diretora da escola estadual complementa: “precisamos ampliar a discussão dessas temáticas no ambiente escolar, com os alunos e professores, e pensar a possibilidade de incluir a educação sexual na grade curricular, e não apenas fazer ações e discussões isoladas”.

Conforme o relato da diretora, a escola estadual já promoveu curso de babás e gestantes para alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano de 2009, em parceria com o curso de Enfermagem da Unijuí. Atualmente, essa

escola procura desenvolver ações por intermédio de filmes e palestras com profissionais da saúde que conscientizem seus alunos quanto à prevenção da gravidez, das doenças e da sexualidade ativa sem correr riscos.

Constatamos, ainda, nas visitas realizadas nas duas escolas, que não há materiais de conscientização expostos nos murais, como cartazes, panfletos informativos, imagens. Se esses temas são trabalhados em disciplinas específicas, ficam entre as paredes das salas de aula. Mesmo com essas dificuldades das instituições, percebemos que as jovens têm conhecimento sobre os métodos contraceptivos. Elas obtêm essas informações com o grupo de pares, irmãs, primas e tias mais velhas, mães e nos postos de saúde do município, onde recebem o contraceptivo gratuitamente (pílula e preservativo).

É possível perceber que, mesmo com ações isoladas, as escolas estudadas mostram que se preocupam principalmente com suas alunas, na medida em que apresentam algumas propostas de discussões quanto aos métodos contraceptivos, à gravidez na juventude, às doenças sexualmente transmissíveis, às drogas, à sexualidade, entre outros temas de interesse dos jovens, mesmo que sejam limitadas a uma ou duas disciplinas e não abranjam todos os alunos adolescentes e jovens, conforme o depoimento das direções.

Quando as jovens deixam de frequentar a escola, esta tenta, de várias formas, trazê-las novamente para as aulas. A instituição entra em contato com a família (pai, mãe ou responsável e, em alguns casos, o companheiro), chama-os para conversar e coloca-os a par da situação da jovem, fazendo um chamamento para que ela não abandone os estudos. Se com isso a jovem não retornar às aulas, a escola encaminha a Ficha Ficaí via Conselho Tutelar do município e este, se não conseguir trazer a jovem para a escola, tenta via promotoria pública. Isso, no entanto, é um processo bastante lento. Na maioria das vezes o Conselho Tutelar demora para dar uma resposta, conforme destaca o diretor da escola municipal: “temos encaminhamentos no Conselho Tutelar de alunos que deixam de vir para a escola que já passam de dois, três e até quatro meses, e ainda não recebemos nenhuma resposta. Esse processo lento também dificulta as ações da escola em reintegrar esses alunos novamente às turmas”.

Uma barriga presente no ambiente escolar mexe com a rotina da instituição, além de mostrar para todos uma sexualidade que antes era escondida e, agora, publicada na concretude da sua barriga. Na escola, conforme Matos (2003, p. 68), há implicitamente,

[...] de um lado, certo movimento de padronização, desrespeitando muitas vezes a diversidade; por outro lado, é evidente a sua polissemia [...] isto é, a escola constitui-se como um espaço de múltiplos significados dependendo da cultura dos diferentes grupos sociais que a compõem.

Talvez se possa pensar que a transitoriedade dessas jovens, ao trocarem de escola quando do acontecimento da gravidez, é uma tentativa de permanecer no anonimato – enquanto a barriga não crescer, enquanto a barriga não mostrar que a jovem é sexualmente ativa. Algumas jovens até retornam para a escola por insistência da equipe diretiva ou do Conselho Tutelar via Ficha Ficaí. Poder-se-ia dizer que essa mobilidade escolar ocorre porque elas “não sentem a escola como sua”, como afirma Matos (2003, p. 28).

Para ilustrar esse argumento, apresentamos fragmentos da narrativa de Rosângela, uma das jovens mães estudadas. Evidenciamos que as trajetórias escolares da sua família refletem processos de escolarização precários. Além disso, a desistência da jovem da escola parece mostrar que ela sentiria vergonha em estar grávida; vergonha em mostrar que é ativa sexualmente. Então, como salienta Catharino (2008), é difícil afirmar se as jovens não estudam porque engravidam ou se engravidam porque não querem mais estudar. A jovem relata:

*Na minha família ninguém é estudado. A mãe estudou até a quinta série. Não fui mais para a escola porque a barriga ia crescer e, mais tarde, todo mundo ia ver que eu estava grávida com essa idade (Rosângela).*

Analisando o excerto anterior, pode-se destacar que a escola não é lugar de “uma barriga transitar”, como relata a jovem. Essa situação do não mais ir ao colégio evidencia, também, a transitoriedade de Rosângela entre os dois

educandários pesquisados. Ao descobrir-se grávida, ela muda de escola para permanecer uma espécie de gestante anônima: escola diferente, pessoas diferentes, ninguém saberia da sua história. Rosângela relata:

*Logo que eu engravidei eu mudei de escola. Vim estudar na escola municipal. Ninguém me conhecia muito, não tinha amigas, então não falavam muita coisa, até porque a barriga não aparecia. Mas se fosse lá no outro colégio onde eu estudava, ia ser diferente; todo mundo ia começar a dar risada de mim, porque eu não me cuidei, estraguei a vida (Rosângela).*

Na nova escola (municipal), ao que parece, não demorou muito para surgirem os comentários acerca da gravidez de Rosângela. Logo ela parou de frequentar as aulas e entrou em acordo com os professores para realizar seus trabalhos a distância. Assim que terminou o ano letivo ela voltou à escola para apenas “pegar a transferência”, como um mecanismo de permanecer no anonimato por mais algum tempo. Ela, nesse momento, complementa:

*Então, com dois meses de gravidez, parei de ir nas aulas. A escola veio atrás, os professores me mandavam trabalhos para fazer em casa para que eu não perdesse o ano. Mas como eu não sabia nada, dei para uma amiga fazer e entregar lá na escola.*

*No início do ano 2011 troquei novamente de escola. Voltei para a escola estadual. Pedi o atestado de vaga e me deram vaga para a sétima série, porque eu não sabia que tinha passado de ano. E aí fui na escola municipal pegar a transferência de fato, e a secretária me falou que eu tinha passado. Na hora levei um choque; pensei “ainda bem”, e me matriculei na escola estadual na 8ª série, mas nunca fui na aula. A diretora me disse que enquanto eu pudesse ir no colégio era para mim ir, mas depois que eu não pudesse mais, não precisava. Só que eu não fui nenhum dia. A diretora ficou bem feliz em me ver de volta na escola, porque estudei lá desde pequena, ela conhecia toda a minha história, me incentivou a estudar, a não parar. Só que como eu não fui na aula, ninguém veio me procurar para dar trabalho, nada (Rosângela).*

Rosângela, de certa forma, denuncia aqui o discurso contraditório da escola estadual. Enquanto a escola afirma que faz diversas tentativas de trazer as jovens mães de volta, a jovem diz que a escola não a procurou para que voltasse a frequentar as aulas, para que não desistisse dos estudos, muito menos para lhe oferecer trabalhos a distância. De certa forma isso implica questões muito mais amplas do que o simples contato da escola com a jovem. Nos excertos anteriores fica evidente o descrédito da escola no imaginário de Rosângela, pois deu os trabalhos para outra colega fazer e entregá-los na escola e ficou surpresa quando soube que tinha passado para a 8ª série, “sem saber nada”.

Na escola municipal Rosângela frequentou as aulas por pouco tempo. Em virtude disso, ficou difícil para a escola elaborar um parecer sobre a jovem; apenas foram corrigidos as provas e os trabalhos retornados por ela e “foi passada de ano”, como ela mesma afirmou. Na escola estadual na qual estudava antes, a diretora destacou que Rosângela era uma aluna média, frequentava as aulas, fazia as tarefas escolares, mas nas notas sempre ficava na média (50 pontos).

Para Matos (2003, p. 68), “a escola não é somente um espaço de acolher as diferenças, mas, sobretudo, é o lugar a partir do qual se engendram diferenças, se instauram novas demandas e criam apreensões sobre o mundo já conhecido”. Nessa perspectiva, a escola é vista com um lugar de sociabilidades e trocas de conhecimentos e ideias com seus pares.

Apesar disso, “as jovens muitas vezes buscam alternativas, que não a escola, [a gravidez, o mercado de trabalho], pois a escola e a família os nega [como jovens, como futuras mães]” (Matos, 2003, p. 74). Mesmo buscando outras saídas, as jovens atribuem certa importância para a escola, como se observa na narrativa de Pâmela, que engravidou e saiu da escola: “parar de estudar foi um erro. Espero que meu filho não o cometa na sua vida”. Percebem a escola como uma preparação para o futuro, “agarram-se à esperança” de emprego e sucesso na vida pela escolarização (p. 73), mas não retomam os estudos quando saem da escola por causa da gravidez.

Apesar de deixarem de frequentar a escola quando se descobrem grávidas, as jovens alimentam o sonho de um dia retomar os estudos: “quando o filho crescer, quando eu puder deixá-lo na creche”, como afirmam as três jovens. Percebe-se, nisso tudo, todavia, a distância entre o desejo de retomar os estudos e a real permanência na escola quando do retorno a ela, conforme afirma Matos (2003). Para a autora,

[...] ainda está acontecendo a incorporação da escola como valor pelas famílias pobres, que em geral vivenciam o acesso à escola parcialmente, por intermédio dos próprios filhos. [...] Esta é uma experiência frágil, pois mesmo com a sinalização do mercado de trabalho sobre a importância da escola, falta intimidade entre os pais e esta instituição (p. 80).

Nessa perspectiva, Leão (2006) chama a atenção para o valor atribuído à educação por jovens que passam por uma experiência como a gravidez. O autor defende que “esse valor depende do que se pode antecipar em termos de riscos e benefícios [que serão alcançados com a escolarização] tendo em vista a trajetória escolar e profissional dos que estão próximos” (p. 34).

Leão (2006) desenvolveu uma pesquisa acerca da desigualdade e dos sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres, na qual evidenciou que é possível compreender as experiências de escolarização dos jovens pobres “como o resultado do processo de reprodução das desigualdades econômicas e sociais do capitalismo” (p. 33-34). Nesse sentido, tomamos o argumento do autor para tentar compreender as experiências escolares das jovens mães, uma vez que elas nasceram no berço da desigualdade social e cultural, são filhas de pais pobres e moradoras de bairros pobres da periferia ijuicense.

É preciso compreender, entretanto, as narrativas de jovens mães pobres nas suas singularidades, pois, apesar de todas as dificuldades por elas enfrentadas, das desigualdades sociais e culturais vividas em seus meios, elas são jovens ativas que elaboram e constroem um modo particular de se relacionar com o universo escolar, conforme destaca Leão (2006). Neste momento, parece pertinente questionar:

O que têm essas jovens de comum entre elas, além da pobreza que as leva a atribuir tão frágil valor à escolaridade? O que há de comum entre elas, além da pobreza, que funciona como aspecto distintivo de seus grupos informais quando comparados a grupos informais de jovens urbanos pertencentes a outros níveis de classe? (Gomes, 1997, p. 56).

Um ensaio para essas respostas é apresentado por Leão (2006), quando afirma que a resposta pode estar na história familiar de escolarização precária e incompleta. Em outras palavras,

[...] a resistência à escola [e talvez a desistência em função da gravidez] e o baixo valor atribuído à educação pelos jovens é uma questão de não familiaridade com a cultura escolar em decorrência de a história familiar de escolarização ser ainda recente e incompleta (p. 35).

Esses argumentos não parecem definitivos, uma vez que, no caso das jovens pesquisadas, elas e suas famílias não aparentam desvalorizar a escola. Os motivos podem ser os mais variados: a exigência cada vez maior do mercado de trabalho ou porque a educação é um valor em si, como afirma Leão (2006). Mesmo apenas uma das jovens tendo concluído o Ensino Fundamental e ingressado em cursos de aperfeiçoamento profissional, todas desejam que seus filhos um dia estudem e trabalhem, como elas dizem: “quero que meu filho se dê bem na vida”.

Assim, apesar da baixa escolaridade de seus pais e das próprias jovens, a escolarização dos filhos permanece como um valor, pois, conforme as narrativas, há uma aspiração e uma expectativa de ir além do que os pais conquistaram; há o desejo de poder oferecer aos filhos uma vida melhor que a vida que elas têm, indireta e implicitamente, por intermédio da escolarização. Nesse sentido, as jovens só investirão tempo e esforços na sua escolarização na medida em que aparecerão benefícios que elas pretendem obter em termos de mobilidade social, como destaca Leão (2006). A escola, como instituição pública, tem a obrigação de receber essas alunas-mães e oferecer a elas um suporte mínimo para que retomem sua vida escolar e almejem um futuro melhor; que se construam em cima de seus sonhos de “dar ao filho tudo o que eu não tive”, como afirmam.

Nesse sentido, a decisão entre continuar ou parar os estudos e a disposição para retomá-los, em função da gravidez, depende de inúmeros fatores que as próprias jovens colocam diante da possibilidade de voltar para a escola. Fatores como os cuidados com o filho, o ingresso no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas da casa ou o ciúme do companheiro, apareceram nos depoimentos. Leão argumenta que, para as jovens pobres,

[...] tanto a escola como a vida em geral são experiências da desigualdade diante do trabalho, do consumo, do lazer, dos direitos. A motivação das jovens diante da escola se dará em face da forma como cada uma elabora sua experiência de crescer em meio à desigualdade social e do significado que a educação irá adquirir em sua vida (2006, p. 36).

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), publicado em 2011 (Futuro..., 2011), mostra a situação dos adolescentes e jovens brasileiros no período de 2004 a 2009. O documento destaca problemas atuais dessa população, como maior incidência da pobreza, risco de morte violenta, privação da convivência familiar e comunitária e outras situações que podem influenciar negativamente o futuro, como a gravidez na adolescência, a exploração sexual, o uso de drogas, o contágio com doenças sexualmente transmissíveis e a baixa escolaridade. Ainda conforme o relatório, de cada 10 adolescentes entre 15 e 17 anos, 2 estão fora da escola; metade dos que frequentam as aulas estão no Ensino Fundamental quando já deveriam estar no Ensino Médio; a escolaridade média na faixa etária é de 7,3 anos, quando deveria ser superior aos 9 anos de estudo. Esses dados também podem ser verificados nos processos de escolarização das jovens estudadas.

Schirò (2009) destaca que a gravidez não se justifica como o único motivo do insucesso e do abandono escolar das adolescentes. Para a autora, é necessário considerar, também, que as dificuldades escolares e profissionais enfrentadas por essas meninas, sobretudo as pobres, persistiriam mesmo que a gravidez ocorresse mais tarde em suas vidas, “devido ao meio social de origem, à cultura dominante e às perspectivas de futuro que estes proporcionavam” (p. 42).

Para as jovens mães, o retorno para a escola após a gestação parece transformar-se em um modo de estabelecer um vínculo social mais forte que o familiar, no qual, pela educação, teriam a possibilidade de, talvez, garantir o futuro do filho e, como elas afirmam em suas narrativas, “voltar a estudar para poder dar ao meu filho tudo o que eu não tive”. Muitas vezes essas meninas abandonam a escola, mas não o projeto de retornar a ela, pois sabem que só é possível uma mudança nas suas vidas e “dar tudo o que o filho pedir” se voltarem a estudar, se profissionalizar e se inserir no mercado de trabalho.

Para Catharino (2008, p. 64-65), a gravidez na adolescência pode constituir-se, em muitos casos, “numa denúncia, num grito de socorro, que aponta para uma situação de abandono social [...] lacuna que é preenchida, em partes, pelas redes de sociabilidades primárias [e assistenciais]”. A família, os vizinhos, o bairro, o grupo comunitário consistem nas redes de sociabilidades primárias. Já as redes assistenciais referem-se aos serviços especializados, como postos de saúde e hospitais, “que se constituem, historicamente, como uma resposta a uma maior complexidade das sociedades e também a um certo ‘afrouxamento’ dos laços de sociabilidade primária” (p. 65).

Novaes (2006, p. 107) ressalta que “a escola é vista como um bom lugar para se fazer amigos e integrante de uma sociabilidade que caracteriza a condição juvenil. Parece que estar prematuramente fora da escola é mais uma das marcas de exclusão social [dessas jovens]”. Então, a baixa escolarização das jovens mães pesquisadas passa a ser mais um motivo para elas serem excluídas socialmente, principalmente na vida social e no mercado de trabalho. Nesse sentido, a experiência de escolarização disponível para crianças e jovens em situação de pobreza permite-nos pensar/demarcas um ponto de partida, “mas não oferece garantias que se estabelecerá um ponto de chegada” nas iniciativas empreendidas na sua vida a partir da escola, conforme Freitas e Silva (2005, p. 65).

## Para Continuar Refletindo

Srougi (2012, p. 1) destaca que “a escolaridade materna tem mais influência do que a paterna na sobrevivência e no sucesso dos filhos, e é neles que elas investem os recursos que têm”. Em outras palavras, filhos de mães mais

escolarizadas que os pais têm maiores chances de se escolarizar e melhorar as suas condições de vida e talvez sair da pobreza. O autor pontua também que, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, “as taxas de filhos escolarizados são 40% maiores quando a mãe é escolarizada, em contraposição ao pai alfabetizado” (p. 1).

Esses dados e outros que vimos todos os dias nos noticiários, de violência contra a mulher, mortes, falta de assistência na maternidade, exploração sexual e laboral, são apenas alguns exemplos que demonstram que “eliminar as desigualdades de gênero é essencial para promover a prosperidade de uma nação”, como afirma Srougi (2012, p. 1).

Nessa perspectiva, a ONU elaborou em 2001 o Projeto do Milênio, com oito metas a serem alcançadas até 2015, entre elas reduzir pela metade a fome e a pobreza mundial. O projeto, de maneira mais ampla, contemplou medidas de valorização e de proteção à mulher, uma vez que, “nos países subdesenvolvidos, as mulheres são responsáveis por 70% do trabalho que sustenta as famílias, colhem 80% dos alimentos e são provedoras da assistência aos mais vulneráveis – crianças, doentes e idosos” (p. 1).

O levantamento do IBGE (Instituto..., 2009) destaca que a atual geração de crianças e jovens pobres está superando a trajetória escolar de seus pais, mas também confirma a baixa escolaridade de boa parte da população pobre adulta. Há um indicador lento de que a melhoria da escolarização se dá quanto mais recente é o ano no qual o sujeito nasceu, pois maiores serão as chances de completar o Ensino Médio. O aumento dos anos de estudo gera um movimento positivo que parece causar maior impacto nas próximas gerações. O investimento em educação quase nunca retroage, pois hoje é cada vez mais difícil encontrar, mesmo nas famílias pobres, alguém que admita que o filho tenha uma escolarização menor que a de seus pais.

A escola, como instituição social, delimita espaços e, de certo modo, lugares sociais. A partir de símbolos, códigos e normas, ela institui o que cada um pode ou não fazer, como afirma Louro (2008, p. 58): “ela separa e institui”.

Separa os pequenos dos grandes, os meninos das meninas e, aqui, de certo modo, separa as jovens gestantes dos demais alunos, quando oferece a elas a possibilidade de ficarem em casa, realizarem trabalhos e provas a distância. Arroyo (2000, p. 23) afirma que

[...] a escola é uma experiência humana plural, onde os mestres têm de dar conta de pessoas, que não estão unicamente em permanente estado de relação com suas mudanças, mas que se relacionam, convivem entre iguais e diversos, sentem, fantasiam, valorizam, se expressam na totalidade de sua condição humana.

A escola, ao romper o vínculo com as jovens evadidas ou transferidas, de certo modo passa a responsabilidade ou o *problema* para outra escola. Quando, entretanto, as jovens ainda são alunas e deixam de frequentar as aulas, as equipes diretivas buscam todas as alternativas para que elas retornem à escola e não abandonem os estudos, e oferecem oportunidades, como trabalhos a distância. A dúvida que fica é se essas tentativas das escolas são válidas e de que maneira as jovens aproveitam essas alternativas, ou, ainda, em quais condições e com que qualidade ocorre o seu processo de aprendizagem fora do ambiente escolar.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Mulheres são maioria entre jovens fora da escola e do mercado de trabalho*. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/mulheres-sao-maioria-entre-jovens-fora-da-escola-e-do-mercado-de-trabalho-20110202.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 79-91.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC; SEF, 1997.

CATHARINO, Tânia Ribeiro. *Da gestão dos riscos à invenção do futuro: um outro olhar sobre a gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

CHECCHIA, Ana Karina Amorim. *Adolescência e escolarização: numa perspectiva crítica em Psicologia escolar*. Campinas: Alínea, 2010.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de; SILVA, Ana Paula Ferreira da. Escolarização, pobreza e socialização na infância e na juventude: uma proposta de plataforma de pesquisa interdisciplinar para a educação. *Revista EccoS*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 57-86, jun. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71570104.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FUTURO em jogo: Unicef traça radiografia da adolescência brasileira. *Zero Hora*, 1º dez. 2011, p. 44. Geral.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. In: \_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GONÇALVES, António Custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I série, Porto, v. IV, p. 15-31, 1988. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, maio/ago. 1997, set./ dez. 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a06.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 6, n. 3, p. 394-399, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/830/972>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

HEILBORN, Maria Luíza. Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade. In:

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisa urbana: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

HOSPITAL DE CLÍNICAS. *Gravidez na adolescência*. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.unimedcuritiba.com.br/wps/wcm/connect/portal/portal/sua-saude/qualidade\\_de\\_vida/materno\\_infantil/54f6b70042b29571a4b0fcf9c23d7f4b](http://www.unimedcuritiba.com.br/wps/wcm/connect/portal/portal/sua-saude/qualidade_de_vida/materno_infantil/54f6b70042b29571a4b0fcf9c23d7f4b)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Brasília: IBGE, 2010. n. 27. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009*. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 27 out. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARINA, José Antonio. *O quebra-cabeça da sexualidade*. Rio de Janeiro: Guarda-Chuva, 2008.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. *Juventude, professores e escola: possibilidades de encontros*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. *Manual Ficaí*. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/manualficaí.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2011.

ROHR, Denise Raquel; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Juventudes e maternidades: sexualidade e escolarização na vida das meninas mães. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: COMPOSIÇÕES E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE, 4., 2009, Rio Grande, RS. *Anais...* Rio Grande: Furg, 2009.

SCHIRÒ, Eva Diniz Bensaia dei. *Gravidez na adolescência: como se configura no Brasil e em Portugal?* Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2009.

SILVA, Aline Ferraz; VIEIRA, Jarbas Santos. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 185-200, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/silva-vieira.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

SROUGI, Miguel. Mulheres e a superação da miséria. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 mar. 2012. Opinião.

Recebido em: 18/3/2013

Aceito em: 5/7/2013